

**PARA LER CLÁSSICOS: INTERPRETANDO IDÉIAS,
UNIVERSOS INTELECTUAIS, OBRAS DE PENSAMENTO, FALAS
DE TEÓRICOS, CONCEITOS E TEXTOS**

Ana L. O. D. Ferreira¹

Doutoranda pelo PROLAM/USP

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar diversas possibilidades interpretativas para o vasto campo de estudo da história da produção intelectual. Para tanto, explora sobretudo reflexões propostas pelos seguintes autores: Lovejoy, Rioux, Lefort, Skinner, Kosellek, LaCapra.

Palavras-chaves: História das Idéias – História Intelectual – História dos Conceitos.

**TO READ CLASSIC BOOKS:
INTERPRETING IDEAS, INTELLECTUAL UNIVERSES,
WORKS OF THOUGHT, SPEECH-ACTS OF THEORETICAL, CONCEPTS AND
TEXTS**

Abstract: This paper aims to investigate several interpretative possibilities for the vast field of studies about the history of intellectual production. By the way, it examines reflections by the following thinkers: Lovejoy, Rioux, Lefort, Skinner, Kosellek, LaCapra.

Keywords: History of Ideas – Intellectual History – History of Concepts.

No presente artigo, sintetizo informações e questionamentos estimulados pela professora da FFLCH-USP, Dra. Sara Albieri, na disciplina História da Cultura Intelectual. Meu objetivo é organizar e avaliar uma grande variedade de proposições voltadas à interpretação de produtos da reflexão de intelectuais e, assim, garantir aprimoramento para minhas percepções particulares. Tem-se a impressão de que hoje muito se fala sobre a necessidade de inovações paradigmáticas, mas pouco pensamos, efetivamente, nos impactos e aproveitamentos dessas revisões na prática da escrita da

¹ E-mail: analod@gmail.com

História. Como sugere a professora Albieri, os historiadores têm, historicamente, desconfiado de suas fontes; mas não têm desconfiado muitas vezes de seus pressupostos teóricos.²

Para tanto, abordo temas diversos tais como: tentativas de definição do vasto campo da História que aborda proposições teóricas, e que é denominado (e desdobrado) como História das Idéias, História dos Intelectuais, Sociologia do Conhecimento, História Social das Idéias, História da Leitura, História da Ciência, História Intelectual e História dos Conceitos.

Busco perceber como podemos, inspirando-nos na análise de uma gama de pensadores, abordar idéias: focando a forma ou a conjuntura de produção dessas idéias, continuidade ou descontinuidade delas, relevância no meio intelectual ou difusão social mais ampla, criação ou comunicação, texto e/ou contexto; ou trabalhando o sem-número de *intersecções* entre esses pares de opostos. Sim, as análises serão apresentadas, ao longo de meu texto, de forma mais ou menos esquemática; porém, é fato que na maior parte das vezes é difícil classificá-las. Por vezes, nota-se uma cadeia de elementos comuns, mas ficam mais claras disputas do que possíveis heranças. Por vezes, existe um senso de filiação entre autores, mas não podemos, nestes casos, esquecer em que ponto se inova, ou deforma. Por fim, e em face dessas últimas ponderações, é preciso dizer que meu texto *não* se atém a seguir sistematicamente uma seqüência linear cronológica.

Possibilidades de análise das idéias: referências iniciais

Conforme o ilustre historiador brasileiro Francisco Falcon, a análise sistemática de textos clássicos do pensamento ocidental tem destaque já desde o século XIX. Em tal período, grande parte dos pesquisadores creditava a formulação de conceitos propostos em tratados filosóficos, religiosos e de História, e também em obras literárias, a iniciativas individuais (conscientes) de cada autor. Os historiadores das idéias visavam a explicitação do que compreendiam ser contribuições mais importantes. A partir de então, buscavam compor uma relação consensual de quais seriam os livros de maior relevância histórica, nacional e/ou universal, e traçar prováveis semelhanças metodológicas e conceituais entre eles, para, enfim, apresentar uma conceituação

² As informações e questionamentos contidos neste trabalho que não vierem marcados por referências bibliográficas remetem, portanto, às minhas anotações em sala de aula; quer dizer: ao meu entendimento particular no que diz respeito às considerações da professora Sara Albieri.

genérica daquilo que designavam “formas de pensamento” de cada época (FALCON: 99).

Embora ao longo dos séculos as proposições na área da História das Idéias tenham variado e muito, prevaleceu a noção de que um “grande texto” apresentaria um sentido tal, de tamanho valor, que haveria de carregar consigo respostas a questões apresentadas a homens de todo e qualquer lugar e momento. Podemos perceber isso, por exemplo, quando os franceses Jean-Jacques Chevallier, um dos nomes de maior expressão na área, justificava o título de um de seus mais famosos trabalhos, *Les grandes œuvres politiques: de Machiavel à nos jours*:

Sem negligenciar (...) o que em cada obra é próprio da época e da personalidade do escritor, sistematicamente se deu maior ênfase às páginas que contribuem para esclarecer os principais problemas políticos, colocados desde séculos ao espírito humano. Por mais profundamente que uma obra se possa prender, por sua origem, às circunstâncias da história, o que nela se encontra de melhor, de mais vigorosamente pensado e expresso, tende sempre a libertar-se, segundo a palavra do grande romancista inglês Charles Morgan, do ‘objeto do momento’, para alçar, através do tempo, o seu vôo independente (CHEVALLIER: 14).

A declaração de Chevallier denota que, desde então (o referido livro foi lançado pela primeira vez em 1949), já haveria algo como uma disputa entre dois principais tipos de interpretação neste campo: um primeiro mais focado no texto, um segundo mais aberto à conjuntura em que teriam sido produzidas as idéias contidas no texto.

O historiador norte-americano Dominick LaCapra descreveu, em *Repensar la historia intelectual y releer textos*, essa bipolaridade da seguinte maneira: haveria, de um lado, uma corrente “formalista”, atenta à estrutura do texto, e conhecida e criticada como “História das idéias ‘no ar’”; e uma corrente “externalista”, que encara os textos como reflexos de uma realidade histórica dada (LACRAPRA: s/d, passim).

No Brasil, a perspectiva formalista chegou via Faculdade de Filosofia da USP, através do contato com filósofos franceses, dentre os quais o ilustre antropólogo estruturalista Levi Strauss, mas sob inspiração mais específica de Victor Goldsmith e seu livro *Temps historique et temps logique dans l’interprétation des systèmes philosophiques*. O formalismo objetivista, especialista e acadêmico, chegou a nós e fincou raízes em oposição ao escolasticismo tradicional no Brasil, o qual ultrapassava os

muros das igrejas e parecia “contaminar” a mente de padres não-teólogos, homens do direito, médicos consagrados, todos não-especialistas, dedicados a pensar, nas horas vagas, sobre os mais diversos assuntos, em perspectiva bastante subjetiva.

Os investigadores que se dedicam desde então a uma análise da estrutura dos textos em geral tratam de abordar obras “assumidas”, quer dizer, obras que grandes autores da história do pensamento ocidental reconhecem como suas e como válidas. Concentram-se na maneira como o texto se organiza, esforçando-se por eliminar de sua análise qualquer referência a informações “externas” à obra. Em geral, seus diagnósticos avaliam se o encadeamento de proposições do autor, em dado texto, é lógico, coerente, circular, desconexo.

Para investigações formalistas, são priorizados os objetos de análise mais sistemáticos, como textos de Aristóteles, Platão, Descartes, Kant e Hegel. Propor um entendimento formalista de ensaios, tais como os de Montaigne, Voltaire e Nietzsche, por outro lado, constituiria tarefa controversa, por isso, tais autores costumam ser rejeitados por este tipo de abordagem.

Já a leitura externalista remete, privilegiadamente, às circunstâncias em que dadas idéias foram produzidas; outra característica importante: tendem a ser causalistas. Os investigadores que a ela se dedicam costumam relacionar informações relativas à conjuntura econômica, social, política e cultural da época em que uma obra foi escrita, e informações contidas nela. Por isso, diferentemente dos formalistas, os externalistas precisam e trabalham uma gama maior de tipos de fontes de análise: cartas, diários, manuscritos nunca publicados, e também escritos renegados pelos próprios autores.

Pode-se ponderar que a segunda tendência predomina no Brasil. É possível que ela tenha entrado em território nacional também sob influência francesa, só que neste caso da chamada *École des Annales*. Essa (sobretudo uma primeira geração de pesquisadores) se consagrou na história da historiografia ocidental, migrando do foco nos “grandes acontecimentos” e “grandes personagens” para colocá-lo em uma noção variável de infra-estrutura sócio-econômica. Em suas investigações, segue-se a trilha da especialização acadêmica, priorizando recortes espaciais e balizas cronológicas bem definidos, e ainda pormenores sobre uma diversidade de fontes a serem consultadas. Talvez hoje seja consensual que uma investigação externalista, remetendo aos *Annales*,

inspira maior senso de cientificidade se comparada com uma formalista, que parece lembrar a história *événementielle* do século XIX.

Conforme LaCapra, a principal crítica feita pelos externalistas aos formalistas se daria devido à noção, característica desses últimos, de “transcendência” das idéias em relação às épocas que as teriam gerado. De maneira diversa, os externalistas compreenderiam que cada obra é “filha de seu tempo”, daí a tentativa de recuperação de seu significado “original” – o significado que cada texto pode ter tido para os homens e mulheres do período histórico em que ele foi inicialmente escrito e/ou publicado.

Quer dizer: uma diferença fundamental sintetiza a oposição entre os dois grupos referidos: o primeiro parece perceber as idéias como diáfanas, e os segundos como epifenômenos. Para os formalistas, as idéias existem por si, e vagam pelos espaços e pelo tempo, enquanto para os externalistas devemos percebê-las sempre necessariamente associadas à determinada cultura, que a ela atribui sentido e uso *específico*.

Além do mais, podemos falar em uma opção por priorizar o contínuo, no caso dos formalistas, e por priorizar o descontínuo, no caso dos externalistas. Explico: é tendência, entre os primeiros, buscar perceber uma dada “longa duração”, um “sentido histórico”. Para os segundos, por outro lado, o interesse estaria nas diferenças.

Apologia da continuidade na análise das idéias: Arthur Lovejoy

Falei há pouco da oposição entre continuidade e descontinuidade, no estudo das idéias. Destaquei que os externalistas deram preferência ao desigual, à ruptura, e ganharam maior espaço, nas universidades brasileiras e também em nosso mercado editorial.

Cabe tratar, agora, das proposições do crítico norte-americano Arthur Lovejoy, fundador, na década de 1929, do *History of Ideas Club*, na Johns Hopkins University, do *Journal of the History of Ideas*, e autor de *The great chain of the being: a study of the history of an idea*. Em suas reflexões, as idéias surgem como possuindo uma lógica própria, natural; daí podermos classificar sua análise como formalista. Lovejoy valoriza o que é contínuo, o que garante a permanência das idéias. Não enfatiza o aleatório ou o casual. Compreende que cada elemento que há, vivo e não vivo, estabelece relações mútuas, e cumpre junto aos demais um mesmo devir. A esses “todos” que englobam em

si toda parte, toda dissonância, toda alteração – a essas unidades que dão sentido à diversidade e aos contrários – ele chama “*unit idea*”.

Ao historiador das idéias, então, caberia, conforme o ponto de vista de Lovejoy, localizar e questionar “*unit ideas*” tais como “democracia”, “modernidade”, “nacional”.

Mas o fato é que não se deve supor que Lovejoy apresenta um raciocínio formalista simplificado. Focando continuidades, esse pensador analisa a complexidade do mundo. Ele percebe que, em meio à unidade, as relações entre os objetos de análise vivos e não vivos se dão das maneiras mais diversas, dependendo do tempo, do local, da sociedade. Há, para ele, um número finito de “*unit ideas*”, mas elas podem aparecer compondo combinações múltiplas. Sim, ele não deixa de perceber inflexões em meio às continuidades (LOVEJOY: passim).

A externalista História dos Intelectuais e uma “terceira via” de investigação

É comum se dizer que as primeiras gerações da *École des Annales* se mostraram mais interessadas com temas econômicos e sociológicos, do que com temas culturais e/ou filosóficos. Entretanto, o historiador francês Roger Chartier, considerado herdeiro desse grupo, nos lembra que Lucien Febvre, um dos fundadores, não deixou de refletir sobre a maneira como os historiadores de seu tempo costumavam analisar as idéias. Febvre escreveu, em seu livro *Combats pour l'histoire*, que a tendência geral era perceberem-nas como “*conceitos saídos de inteligências descarnadas e que vivem, depois, a sua própria vida, fora do tempo e do espaço*” (CHARTIER, 1990: 34).

Crítico no que diz respeito a toda essa tradição, Febvre propôs interpretações distintas e inovadoras, que exploravam as condições do pensar em dadas sociedades. Assim, na mesma época em que Chevallier publica seus famosos manuais, Febvre apresenta trabalhos bem mais analíticos, problematizados. São bons exemplos os livros *Un destin: Martin Luther* e [Le problème de l'incroyance au xvie siècle: la religion de Rabelais](#).

Em gerações posteriores de historiadores franceses, desde a década de 1960, com a valorização da Antropologia e o estabelecimento de pontes entre a chamada Nova História Política e a Nova História Cultural, foram surgindo propostas inovadoras para o tratamento das conjunturas nas quais são elaboradas idéias. Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux, por exemplo, passaram a trabalhar a noção de “sociabilidade”.

Conforme Rioux, o uso do termo “sociabilidade” teria sido inaugurado por Maurice Aguillon, o qual destacou pioneiramente “*o papel insubstituível e constitutivo das confrarias, lojas, ‘pequenas câmaras’ e outros círculos*”, indo ao encontro “*deste grande fato social que é a associação*” (RIOUX: 105). Séculos mais tarde, seguindo a trilha de Max Weber, George Simmel e da moderna Antropologia, essa noção ganhou novas especificidades. Daí que nos últimos tempos, passou a remeter não mais a relações estabelecidas como mero reflexo (às vezes inconscientes) de problemáticas econômicas, e sim a relações que se estabelecem (formal ou informalmente) pela conjunção de anseios sociais, individuais, políticos. Segundo esse modo de entender as coisas, a associação entre intelectuais se daria através do estabelecimento de “redes” (muitas vezes invisíveis, pouco organizadas, nada institucionalizadas) que se elaborariam na medida em que viabilizaria uma “identificação” entre indivíduos. Essa identificação pode ocorrer pelos mais diversos motivos, como a confluência de interesses no que tange aos temas a serem referenciados nas obras, ou à escolha das metodologias a serem adotadas.

Para melhor definir formas através das quais um historiador poderia analisar as ditas “redes de sociabilidade”, Rioux define, pois, três parâmetros processuais, que comporiam aquilo que ele denomina História Política da Associação: o tempo – porque cabe aos pesquisadores avaliar durações, rupturas, variações, precavendo-se contra a “*tentação da linearidade*” – (RIOUX: 115), o espaço – ainda que o local deva servir para os pesquisadores apenas como “*objeto de intervenção*” e não, temerariamente, como pressuposto para a departamentalização dos saberes –, e, por fim, valores. Escreve Rioux:

A associação é um vetor da idéia que a faz nascer, mas cuja eficácia é proporcional aos valores que a vida interna da organização, o culto de uma comunidade e o voluntariado concretamente exercidos secretam e alimentam [quer dizer: que pode variar no tempo e no espaço, conforme a prática]. (RIOUX: 129).

Surgiu, com o mesmo viés antropológico, então, a chamada História dos Intelectuais. Um bom exemplo de trabalho neste campo é a recente obra do historiador francês Jacques Le Goff, também ligado aos *Annales: Os intelectuais da Idade Média*. Na introdução desse livro, Le Goff afirma que seu propósito era examinar manuscritos, cartas e biografias na tentativa de: “*precisar as condições materiais, técnicas e jurídicas da profissão*”; analisar as relações de poder implícitas à atividade; mas

principalmente mostrar “*como e onde habitavam mestres e estudantes, como se vestiam, o que comiam (e bebiam), qual o seu horário, quais os seus costumes, devoções, comportamentos sexuais, divertimentos, morte e testamentos e, às vezes, como eram os seus funerais e túmulos*” (LEGOFF: 13).

Importante fazer notar, porém, que a História dos Intelectuais pode, em grande medida, ser tão externalista a ponto de apresentar-se desconectada da História das Idéias. Creio ser esse o caso de *Les Intellectuels au Moyen Âge*, pois ali o foco de Le Goff não são as idéias, mas as relações entre os homens que as produziram e compartilharam. Ao focar conexões e disputas características do meio acadêmico, então, um historiador pode apresentar ricas reflexões, pouco acrescentando no que diz respeito propriamente às suas formulações teóricas.

Para os investigadores externalistas mais preocupados com as “idéias”, o conceito de “sociabilidade”, creio, há de conferir luz o fato de que uma idéia é compartilhada, difundida, absorvida, imposta, aceita, conforme se enquadra nas expectativas comuns a indivíduos que compõem um grupo de pensadores, literatos, acadêmicos, etc. De que uma idéia pode, inclusive, servir como um condicionante essencial da identificação entre indivíduos letrados, ajudando a garantir a unidade do grupo.

Faz-se mister lembrar, neste ponto, que LaCapra, quando analisa os principais tipos de abordagem das idéias, além de destacar os formalistas e os externalistas, lembra a existência de uma vertente que ele denomina “síntese dos contrários”, inspirada direta ou indiretamente pela Sociologia do Conhecimento (LACAPRA, d/d: passim).

A Sociologia do Conhecimento tem como um dos pais fundadores o marxista húngaro Karl Mannheim. Já desde a primeira metade do século XX Mannheim pontuava que os seres humanos e suas idéias são elaborados em razão do enfrentamento de problemas coletivos “reais”. Todo tipo de pensamento, saber ou conhecimento teria relações íntimas com a experiência social. As idéias e a conjuntura na qual foram elaboradas estabeleceriam entre si relações mútuas (MANNHEIM, 233).

Tal visão de Mannheim e outros intelectuais ligados à Sociologia do Conhecimento foi reapropriada e ressignificada por inúmeros historiadores das idéias, dentro os quais o já citado Chartier. Podemos falar, aqui, de uma História Social das

Idéias, cuja bandeira Chartier defende, opondo-a tanto à formalista quanto à externalista, e usando os seguintes argumentos:

Ao invés de conceberem um espírito transcendente, ela vem tentando recriar uma linguagem política. Ao invés de tratar o pensamento como um epifenômeno da organização social, tem tentado mostrar como ele organizava a experiência e transmitia significados entre o conjunto de cidadãos (CHARTIER: 59).

O historiador norte-americano Robert Darnton, também ligado aos *Annales*, tem dois estudos significativos, ambos sobre a produção intelectual francesa do século XVIII: *The kiss of Lamourette* e um texto recente que tem como tema *La nouvelle Heloise* de Rousseau. Em ambos se preocupa em perceber não o que os autores pretendiam dizer, mas a maneira como os leitores ditos “comuns” teriam compreendido as obras, no período em que se deram as primeiras publicações. (DARNTON, 1990: passim & 1992: 99). Fala-se, então, de um novo campo de análise: a História da Leitura.

Podemos dizer que os pressupostos teóricos de Darnton são os seguintes: a idéia de que naquela época textos eram lidos de maneira essencialmente distinta da nossa; e a idéia de que a maneira como um ou outro lia remete a estratégias de compreensão em última instância compatíveis com as demais pessoas que viviam o mesmo momento histórico. Acredito que Darnton apresenta um deslocamento importante: vai além do desenho de um grupo social especializado, que supostamente teria gerado, abrigado ou que guardado o direito exclusivo sobre determinada idéia; e busca perceber como ela era compartilhada, difundida, desdobrada e apropriada pelo todo social.

Chartier, tal como Darnton, foca não o momento de escrita e sim o momento de contato do público leitor com as obras. Mas, conforme LaCapra, os estudos de Chartier teriam a vantagem de já vislumbrarem o entendimento de que, por vezes, os leitores de um mesmo período elaboram interpretações bem distintas (CHARTIER: passim).

A reserva que LaCapra tem em relação a Chartier se dá pelo fato desse último também não contrapor interpretações contemporâneas ao momento de elaboração das obras, com outras interpretações, realizadas por gerações posteriores. Isso deveria ocorrer, na visão desse crítico, porque grande parte dos textos estudados pela História das Idéias é de interesse também dos leitores de nossa época atual. Ao negligenciar tal aspecto, muitos estudiosos ofuscam o que há de continuidade na História das Idéias. LaCapra pondera que distinguir claramente ou aproximar sem recalques o olhar do

leitor passado e o olhar do leitor presente, garantiria uma interpretação mais sincera e complexa das obras. Para ele, “*o resultado [de investigações aos moldes de Darnton e Chartier] seria que a posição do historiador, em seu envolvimento com o passado (...) tende a ser a do espectador comum (se não voyeur) do passado exótico*” (LACAPRA: 1995, 246).

História das Idéias e História Intelectual

Outra denominação dada ao trabalho com as idéias de intelectuais é História Intelectual. Não cabe aqui questionar os motivos que teriam inspirado investigadores das idéias a se auto-designarem de uma nova maneira?

É possível que muitos estudiosos da área tenham começado a utilizar a denominação História Intelectual para tratar de temas mais eruditos, e tenham deixado “História das Idéias” para utilizar em situações em que pretendem apresentar um quadro mais amplo. Mas há ainda os que preferem a denominação “História das Mentalidades” para esse último caso.

O fato, porém, é que tal resposta não me parece pôr um ponto final no assunto. É evidente que em geral eruditos escrevem com a intenção de serem vastamente lidos, ou, ao menos, de que suas proposições despertem interesse na massa não-culta. Por outro lado, é inegável que eruditos partem muitas vezes de idéias empregadas livremente entre os mais diversos grupos da sociedade (mais ou menos sofisticados intelectualmente), e/ou propõem noções que ganham uso corrente entre os não especialistas.

Efetivamente, a definição desses dois campos, separados, não é unânime. E é provável que formalizar tal separação há de resultar em uma tentativa banal, com resultado constrangedor. Foi o que sucedeu a Darnton, quando, em *O beijo de Lamourette*, apresentou especificações tão vagas e confusas que menos contribuiu para apresentar balizas, pontos de referência minimamente consistentes, do que para fomentar dúvidas e confundir o debate.

Daí que grandes investigadores interessados em analisar a produção de idéias ao longo da história tenham se preocupado menos com classificar seus trabalhos, do que com definir seus objetos de pesquisa. Falamos sobre a abordagem de “obras de pensamento”, a fala dos intelectuais, conceitos e textos.

A análise de “obras de pensamento”, por Claude Lefort

Dentre os interessados em refletir sobre possibilidades de análise histórica acerca de noções mais caracteristicamente eruditas, encontra-se um célebre estudioso do marxismo, o francês Claude Lefort, autor de *Les Formes de l'histoire: essais d'anthropologie politique*. Nesse livro, de inclinação bem formalista, Lefort admite como constitui árdua tarefa definir uma série de conceitos frequentemente utilizados em estudos das idéias, e destaca que dentre eles figurariam especialmente os conceitos de “autor”, de “leitor” e de “obra de pensamento”. O que são? Como podem ser percebidos? Como se relacionam?

Lefort considera “autor” um sujeito cuja existência material e mental se caracteriza pela referência e/ou posicionamento em relação a um conjunto social. Por outro lado, “leitores” comporiam o que se convém chamar a “fortuna crítica”, quer dizer, estudiosos e leigos que leram, debateram e mantiveram vivo o interesse pelas proposições de determinado autor. “Obra de pensamento”, por fim, corresponderia, conforme Lefort, a um *conjunto* mais ou menos esparso de livros, artigos, cartas, diários e manuscritos produzidos por determinado autor do qual se pretende analisar o pensamento. Diferiria, portanto, de obras artísticas, obras literárias, ou mesmo de uma noção mais singular de “obra” – como um livro importante, por exemplo.

Para Lefort, uma obra de pensamento teria uma existência fugidia, porque haveria as mais diversificadas maneiras de um ou outro analista “enquadrá-la”. Contudo, ele afirma, há sim diferentes graus de competência interpretativa! Há melhores interpretações de uma obra, piores interpretações de uma obra, e também interpretações que podem ser consideradas descabidas.

Além do mais, o fato é que, mesmo equivalendo a uma noção oblíqua, a obra de pensamento tem uma inquestionável existência material: os livros, as páginas, as capas, as letras. E também possuiria, conforme Lefort, uma inegável existência no universo não-material: as idéias efetivamente – não há quem o negue – podem ajudar a elaborar, e intervir e transformar conjunturas materiais (LEFORT: *passim*).

A análise das “falas” dos intelectuais

Dentre os estudiosos concentrados em repensar a maneira de se trabalhar idéias acadêmicas, destacam-se ainda os cambridgeanos John Pocock e Quentin Skinner.

Ambos autores partiram suas reflexões teóricas de uma vasta experiência na área da Teoria Política. Inovaram porque diferentemente do que era comum se fazer nesse campo de investigação (lembramos de Chevallier), não fragmentavam seus estudos em seções e subseções equivalentes a períodos e autores. Não apresentavam tratados, e sim ensaios analíticos.

Nesses ensaios, propuseram focar a linguagem, mas não a linguagem como a Lógica a percebe, como muitos formalistas o fizeram. Focaram a linguagem, realizando uma análise da semântica de termos empregados por renomados teóricos ao longo da história. A “linguagem” que interessa a Pocock e Skinner são os jogos de trocas e usos de palavras, o compartilhar de definições, os debates e rixas, as leituras, os encontros, desencontros e conflitos entre intelectuais interessados em pensar as relações políticas, nas mais variadas conjunturas. Linguagem, para ambos pensadores, não é apenas meio de expressão, mas sobretudo de comunicação, de comunhão.

Como diz Renato Janine Ribeiro, na introdução de *Fundações do pensamento político moderno*, de Skinner, “sua novidade está em substituir o convencional resumo de doutrinas ou histórias pela reconstituição do processo pelo qual os pensamentos, dialogando entre si e com o mundo, se constroem” (SKINNER: 11).

Em *Fundações do pensamento político moderno*, Skinner tem como objeto o conceito de “Estado”, e observa a utilização desse termo e os diversos possíveis significados conferidos a ele no início da modernidade. Ele percebe o uso do dito conceito como *ação*. Em uma clássica passagem do livro, afirma que seu propósito primeiro seria

definir o que os autores estavam fazendo quando escreveram. Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as idéias e convenções então predominantes no debate político. (SKINNER: 12)

A palavra “fazendo” não é aleatória. Remete à Teoria dos Atos da Fala, difundida por [John Langshaw](#) Austin, da escola de Filosofia Analítica de Oxford. No início do século XX, Austin opunha-se à corriqueira análise sintática das obras, propondo uma análise da *semântica* dos termos utilizados. E, diferentemente dos pensadores ligados ao chamado Círculo de Viena, e ao positivismo lógico de Moritz

Schlick, por exemplo, propunha-se a investigar não apenas a linguagem característica da Filosofia acadêmica, da Ciência, mas também a linguagem ordinária, cotidiana.

Skinner, em *The foundations of modern political thought* (Em português: *Fundações do pensamento político moderno*), inspirando-se em Austin, não se restringe aos nomes mais destacados da Teoria Política. Ele parece buscar perceber como a noção de “Estado” circula entre os mais diversos intelectuais do período histórico em análise.

Para Skinner, há sem dúvida uma relação bem marcada entre concepções formais e a “realidade” político-social, geográfica e temporal em que foram produzidas. Diz:

Entendo que a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo com que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão” (SKINNER: 10).

Entretanto, esse autor argumenta que, se pretendemos repensar o significado histórico de determinadas noções, em determinadas situações, devemos ter em mente que em alguns casos foram apresentadas e debatidas de maneira bem peculiar por uma parcela da população que teria, conforme ele, “*um nível de abstração e inteligência*” diferente da maioria (SKINNER: 11). Uma parcela da população que possui padrões de pensamento bem específicos.

Senão, vejamos: Skinner de maneira alguma apresenta, de forma simplista, as “idéias” como designações lineares de noções (necessariamente variáveis) de “contexto histórico”. Para ele, é preciso, realmente, estudar a sociedade na qual o conceito em análise foi tema em pauta, porque é fundamental “*reconhecer a direção e força exata dos argumentos*” (SKINNER, 1978: XIII). Só que para ele é fundamental o fato de que há todo um jogo de determinantes específicos do universo intelectual; e heranças e dívidas internas e características desse universo têm papel fundamental na delimitação dos temas a serem postos em questão, de todo um vocabulário, e das maneiras como esses temas podem ser observados. Este jogo põe em contraste ou em conformidade gerações passadas e escolas do presente.

É com base nessas noções que Skinner afirma, enfim, que os teóricos mais proeminentes são justamente aqueles capazes de captar concepções dispersas na sociedade em que vivem, e propor idéias que correspondem mais precisamente a anseios e interesses de homens e mulheres de seu tempo (SKINNER: 17-18).

Conforme David Harlan, em artigo recentemente publicado no Brasil – *A história intelectual e o retorno da narrativa* – Skinner partiria, em *Fundações do pensamento político moderno*, de três pressupostos fundamentais: o de que o dito e os sentidos do que é dito se refeririam aos momentos históricos em que ocorrem; o de que, sendo a fala uma atividade “racional”, é tarefa do historiador que trabalha com obras clássicas resgatar as intenções dos autores; e o de que o historiador, por meio de uma análise hermenêutica objetiva, é capaz de compreender a ambos – momento histórico passado, e pretensões dos autores (HARLAN: 23-24).

Quanto a isso, Harlan apresenta três críticas: (1) malgrado o fato de que cada conjuntura produz suas próprias verdades, é preciso ter em mente que conjunturas posteriores têm acesso a textos dantes produzidos, e interpretam-nos conforme seus interesses específicos, que são múltiplos e variáveis; (2) os intelectuais de ontem, autores das obras que tomamos como fontes em nossos trabalhos, mesmo tendo vivido no período histórico que intentamos analisar, não poderiam produzir, acerca dele, objetivações inquestionáveis; e (3) não existiria uma verdade una a ser supostamente desvendada pelos historiadores mais hábeis.

No que diz respeito à base sobre a qual se estruturam as perspectivas de Skinner, de que o ato de escrever textos pode ser comparado/associado ao ato de falar, Harlan afirma: “*o leitor está ausente do ato de escrever; o escritor está ausente do ato de ler. O texto produz portanto um duplo eclipse de leitor e escritor. (...) [Daí] começa a oferecer possibilidades que seu autor pode jamais sequer ter imaginado*” (HARLAN: 25). De fato, em um diálogo *tête-à-tête* há presente todo um jogo de códigos não verbais, e de tal forma, que as proposições mais facilmente geram providências felizes, ou seja, que contentam ambos os interlocutores.

A análise dos “conceitos” por Koselleck

A chamada História dos Conceitos foi definida por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck, organizadores do famoso *Geschichtliche Grundbegriffe* – um dicionário de idéias políticas referenciais entre a intelectualidade alemã. Foi formulada antes que as idéias de Skinner ganhassem projeção, mas apenas mais recentemente se apresenta como rico tema de debate aos olhos de pesquisadores brasileiros.

Remetendo a Lovejoy, Koselleck entende os ditos “conceitos” como categorias universais, que seguem sendo utilizadas por gerações e mais gerações, ao longo da história. Porém, diferentemente de Lovejoy, quer evidenciar alterações, fraturas conferidas a esses conceitos essenciais. Para ele, mais do que simples palavras, conceitos se referem a uma infinidade de objetos, correspondem a generalizações e trazem implícitas polissemias.

Refiro-me, primeiramente, às facetas externalistas da análise de Koselleck. Isso porque quando, nas primeiras páginas de *Futuro passado: contribuição à semântica dos termos históricos*, aborda diferentes maneiras de hoje um historiador analisar uma idéia, inclui a História dos Conceitos entre aquelas que, a despeito de serem “*menos consistentes do ponto de vista metodológico*”, intentam “*fazer deduções a partir da semântica dos conceitos, sobre a dimensão histórica e antropológica inerente a toda conceituidade e a todo ato de linguagem*” (KOSELLECK: 17). Quer dizer: para ele, os conceitos variam no tempo, e remetem à maneira como os indivíduos vivem e se relacionam a cada época.

Sim, palavras não estão descoladas do viver; e a disciplina História tampouco se aparta da experiência histórica. Por isso, além de uma vasta erudição no que diz respeito ao trabalho de um sem-número de teóricos, Koselleck revela, no referido livro, profundo conhecimento acerca da história política *événementielle* européia. Ele vai traçando, ao longo de seu texto, relações entre dizeres de teóricos e informações sobre a conjuntura na qual foram empregados, e apresentando um quadro complexo de usos.

Entretanto, deve-se ter em mente que o formalismo é condição fundamental da análise de Koselleck. Porque, para ele, “*um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele*” (KOSELLECK: 109); “*um conceito abre determinados horizontes*” (KOSELLECK: 109); “*sem conceitos comuns simplesmente não pode haver unidade de ação política*” (KOSELLECK: 98); “*a luta pelos conceitos ‘adequados’ ganha relevância*” (KOSELLECK: 101).

Em *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten* (em português: *Futuro passado: contribuição à semântica dos termos históricos*), Koselleck explora diversos conceitos, tais como: bárbaro, pagão, terror e sonho, revolução, “movimento” e “aceleração”, ou os “ismos” (comunismo e nazismo entre eles); sobretudo, dedica-se a noções de “tempo histórico”, elaboradas ao longo da história.

Não se restringe a abordar proposições de grandes nomes e grandes textos da filosofia ou da política. Analisa um quadro encomendado pelo duque Guilherme IV da Baviera e realizado com apoio de um historiógrafo; analisa também manifestos, memórias, cartas e, é claro, dicionários. Também não se restringe a explicar como um ou outro conceito foi *formalizado* por este ou aquele pensador; pretende apresentar um entendimento acerca de como um conceito foi *percebido* e *utilizado* por uma diversidade de atores, sujeitos históricos conscientes em relação ao tempo vivido.

Sua análise, obra, foca o universo intelectual alemão: Lutero, Goethe, Schlegel, Kant, Hegel, Humboldt, Leibniz, Ranke, Stein, Chladenius. Porém, trata também de reflexões propostas por figuras proeminentes de outros lugares do mundo, tais como: Aristóteles, Maquiavel, Bodin, Hume, Rousseau, Bacon, Adam Smith, Diderot, Montaigne, Voltaire e Napoleão Bonaparte.

Podemos dizer que *Futuro passado* se apresenta como um roteiro científico para a análise de conceitos? Certamente não. O próprio autor, no início da obra, pontua que se trata de um conjunto de ensaios. E é sabido que, como o próprio nome indica, ensaios são estruturas textuais abertas e não-sistemáticas. Interessante lembrar, aqui, que um dos ensaios de *Futuro passado* pondera que o acaso, elemento essencial de nossas vidas e tipicamente trabalhado em escritos ensaísticos, tem sido, infelizmente, renegado pela historiografia científica moderna. De fato, para Koselleck, pensar a História dos Conceitos é tarefa fundamental para todo historiador, não apenas para o historiador que toma idéias como objeto de análise. E isso não precisaria ser feito visando a instrumentalização de estratégias.

Toda investigação de Koselleck sobre os mais diversos conceitos parte do desejo de definir o que ele chama de “uma teoria da história possível”. Daí apresentar uma ampla reflexão acerca do conceito de verdade histórica. Em *Futuro passado* pondera que a produção historiográfica tem se equilibrado entre duas exigências julgadas como antitéticas: a pretensão de ser precisa, e a convicção de que toda proposição é relativa. Dessa aparente oposição decorreriam outras, como entre fonte e historiador, e entre empirismo e teoria. Ao ver de Koselleck, porém, estas duas exigências não são antitéticas, mas mutuamente indispensáveis.

Não, o historiador não se prescinde dos fatos. Assim como o grupo de historiadores, incluindo gerações distintas, não se pode prescindir dos conceitos que

utilizam. Assim, Koselleck propõe o próprio vocabulário cotidiano dos historiadores estaria permeado por uma série de conceitos que contém uma carga histórica significativa, e cujo uso deveria ser melhor avaliado do que é costume (KOSELLECK: 103). E que isso precisaria ser sempre, em toda pesquisa, ponderado.

A virada lingüística

A partir da década de 1960, houve uma renovação significativa entre os estudiosos preocupados em analisar autores, obras, falas e conceitos. Em grande parte sob a influência do pensador francês Jacques Derrida, processou-se uma expressiva alteração no vocabulário dos investigadores. Esses investigadores passam a preferir, aos corriqueiros termos “idéia” e “pensamento”, os termos “discurso” e “textos”.

Nesse movimento de renovação, fizeram opção por um viés atento à linguagem, sem a carga mentalista, comprometida com a noção de sujeito, de espírito, de interioridade, característica dos clássicos estudos de História das Idéias. Estavam assim deixando de acreditar ser possível definir precisamente a “intenção” dos autores; e passando a propor que nem mesmo os próprios autores são capazes de dominar por completo os significados atribuíveis aos textos que escrevem. A crítica do já citado David Harlan é, nesse sentido, representativa.

Grande parte da massa acadêmica deixou de crer ser possível observar como um raciocínio se elabora, porque a mente não lhes parece um objeto suficientemente concreto, cujo funcionamento possa ser observado. Já a “palavra”, por outro lado, organizada em discursos e textos, seria, sob o ponto de vista destes muitos estudiosos, mais empírica. Assim, não se fala em perceber nem o mundo, nem o mundo através do pensamento de um sujeito, mas sim e “simplesmente” a versão de um ser que pensa algo incapturável, sobre um mundo incapturável.

Pode parecer que, afinal, estaríamos retornando ao discurso positivista da necessidade de um objeto concreto do qual partirmos se quisermos chegar a uma conclusão precisa. E é bem por aí mesmo: a crítica das verdades, ao invés de resultar em relativismo, muitas vezes parece nos levar um ambíguo neo-positivismo.

Mas meu entendimento é que abordagens que simplesmente opõem “tradicionais científicas” a “céticos relativistas” podem repercutir em visões simplistas e debates infrutíferos; podem levar a crer que as noções que apresentam cada uma desses grupos

são necessariamente excludentes. De maneira diversa, compreendo que elas devem ser consideradas apenas como perspectivas distintas, e por isso mesmo de certa forma complementares. Parece-me claro que se, por um lado, uma abordagem movida por interesses “objetivistas”, de busca de uma verdade passada, pode resultar em um esboço simplista e destituído de reais interesses para o homem contemporâneo, por outro lado, uma abordagem que leve o “relativismo” ao extremo pode fazer morrer o homem enquanto sujeito da história que busca, entre determinantes políticos, sociais e culturais, espaços de atuação e expressão individual e coletiva.

Nesse sentido, o já citado historiador norte-americano Dominick LaCapra, que também se declara herdeiro de Derrida, me parece apresentar reflexões interessantes.

Primeiramente, analiso o que pensaria LaCapra a respeito dos formalistas. Em seu *Repensar la historia intelectual y releer textos*, LaCapra afirmara a idéia de que uma interpretação, que busca relacionar supostas intenções do escritor com o texto que tenha vindo ele a produzir, pode dar vazão a uma série de incongruências, por dois motivos principais: porque tende a supor uma relação de propriedade entre o autor e a obra; e porque tende hierarquizar os significados propostos (LACAPRA: s/d, passim).

LaCapra argumenta que as intenções de um intelectual podem ser imprecisas – podem ser esboçadas no ato mesmo de se escrever e falar nelas, ou formuladas retrospectivamente, quando o texto já foi submetido a mais de uma interpretação. Além disso, pondera que os textos são em geral de domínio público (quanto mais os clássicos), e a respeito deles se viabilizam as mais diversas deduções de significado, variando com o leitor, o local e com o passar dos anos (LACAPRA: 1995, 253-256).

Já no que diz respeito às análises externalistas, podemos dizer que, conforme LaCapra, ao trabalhar com obras filosóficas, historiográficas ou literárias devemos não apenas dedicar-nos à busca por informações valiosas sobre as sociedades, culturas e homens e mulheres do período em que foram produzidas e recebidas. LaCapra não acredita ser isso o suficiente, porque para ele as idéias não são fruto do meio, mas parte essencial dele, ajudando a configurá-lo, inclusive. Idéias, para ele, ajudaram e ajudam a estabelecer, corroborar ou mesmo negar construções conceituais acerca da vida, dos seres, de nós mesmos, de nossos comportamentos.

É justamente daí que LaCapra concebe sua definição para o conceito de “verdade”: as realidades de que o ser humano dispõe são nada mais do que

textualizações; isto é, o passado, o presente e o futuro se nos apresentam “enquanto” textos, e não “através de” textos. Aquilo que os investigadores externalistas costumam chamar “contextos passados”, e que LaCapra denomina “conjunturas”, nesse diapasão deixa de equivaler a dados palpáveis, mais concretos do que as idéias; nada mais são, para este autor, do que construções elaboradas por meio da palavra escrita e lida. Já a palavra “contexto” passa a ser empregada como referente a qualquer coisa como “relações estabelecidas entre textos”.

Diferentemente de Kosellek, LaCapra é menos ensaístico e mais sistemático. Inclui em sua análise um leque de possibilidades de con-textualizações, as quais apresentariam cada qual vantagem evidentes e deficiências intrínsecas; e apareceriam, nos melhores trabalhos de história, articuladas e interagindo.

Seriam elas: o diálogo (1) entre as textualizações sobre as intenções do escritor ao escrever... e o dado Texto escrito; (2) entre o Texto... e textualizações sobre vida do autor; (3) entre o Texto... e textualizações sobre a sociedade em que foi publicado pela primeira vez; (4) entre o Texto... e textualizações sobre o ambiente cultural, intelectual, mental em que foi escrito; (5) entre o Texto... e outros escritos do mesmo autor; e, enfim, (6) entre o Texto... e usos conferidos a conceitos explorados nele (LACAPRA: s/d, passim).

É sabido que LaCapra se interessa sobretudo pelos textos clássicos; mas não o faz por mero fetichismo. Ele percebe que *“en ellos el uso del lenguaje se explora de una manera especialmente enérgica y crítica, que nos compromete como intérpretes en una conversación particularmente atrapante con el pasado”* (LACAPRA: 1995, 242). Assim, tal como Kosellek, acaba por declarar que sua prática como historiador, em seu campo específico de análise, com seus objetos específicos de análise, deseja trabalhar questões pertinentes a todo e qualquer historiador.

Acredito, assim, e por tudo isso posto, que se pode dizer que LaCapra se distingue dos pensadores contemporâneos céticos. Em primeiro lugar, porque, embora LaCapra critique a corrente noção de intencionalidade autoral, não promove ou sustenta um discurso que incorre na desresponsabilização dos pesquisadores. Muito pelo contrário, segundo seu ponto de vista devemos manter compromissos com a sociedade a que pertencemos, porque somos detentores de conhecimentos dos quais nem todos dispõem, e que cabem a nós, de maneira privilegiada, articular.

Um segundo ponto de diferença entre a análise de LaCapra e a análise dos céticos diz respeito à noção de autoria. LaCapra me parece compreender que o problema não está propriamente em se propor verdades, mas em se propor uma verdade à maneira dos pensadores ilustrados do século XVIII, ou dos historiadores positivistas do século XIX. A verdade combatida por LaCapra é uma verdade arrogante e ao mesmo tempo simplista, porque, presa à departamentalização dos saberes, se nega a analisar faces diversas dos objetos escolhidos. Em suma, LaCapra parece se diferenciar por apresentar uma visão dialógica, menos sectária e, a meu ver, consideravelmente mais satisfatória, enriquecedora.

Bibliografia

- CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHEVALLIER, J-J. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo: UNESP, 1992.
- . **O beijo de Lamourette; mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- FALCON, F. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FEBVRE, L. Combats pour l'histoire. Paris: A. Colin, 1953. Apud. CHARTIER. R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- GOLDSCHMIDT, V. Tempo Lógico e Tempo Histórico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos. In: ---. **A Religião de Platão**. São Paulo: Difel, 1962.
- HARLAN, D. A história intelectual e o retorno de narrativa. In: RAGO, Margareth. **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2000.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed.PUC Rio; 2006.
- LACAPRA, D. Repensar la historia intelectual y releer textos. In: PALTI, Elias. **Giro lingüístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d.
- . Chartier, Darnton e o grande massacre do símbolo. IN: *Pos-historia*. Assis, 03:229-257, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Lisboa: Gradiva, 1984.
- LEFORT C. A obra de pensamento e a história. In: ---. **As Formas da História**. São Paulo: Brasiliense, s/d.
- LOVEJOY, A. **A grande cadeia do ser**. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- MANNHEIM, K. **Ideologia y utopia: introducción a la Sociología del conocimiento**. Madrid: Aguilar, 1966.
- RIOUX, J-P. Associação em política. In: REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FVG, 1996.

SKINNER, Q. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia. Das Letras, s/d.

SKINNER, Q. The foundations of modern political thought. Londres, Cambridge University Press, 1978.